



Função Social e Econômica do Seguro

FUNDAMENTOS







Função Social e Econômica do Seguro

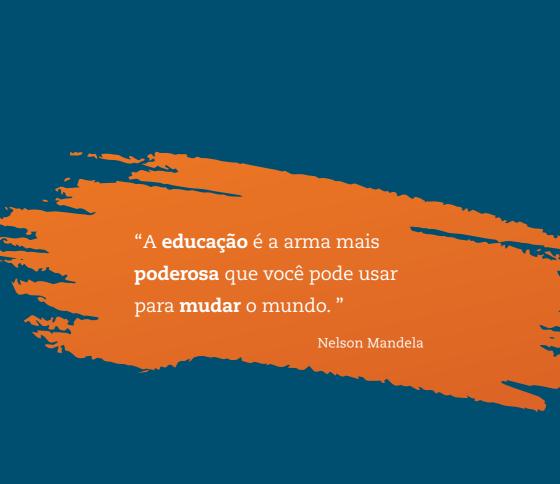
FUNDAMENTOS

Objetivos deste livreto



Este livreto foi elaborado pela Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização - CNseg com o objetivo de esclarecer questões básicas sobre o mercado segurador brasileiro. Aqui você encontrará informações relevantes para a compreensão deste setor, que desempenha papel fundamental na economia.

A CNseg acredita que é da maior importância disseminar a cultura do seguro. Para isso, entende que a melhor maneira é empoderar o consumidor, informando e orientando por meio de uma linguagem explicativa e objetiva.



Sumário

8	Introdução
12	Capítulo 1 Estar seguro
	O PRINCÍPIO DA BOA-FÉ
	O GERENCIAMENTO DE RISCOS
	RISCOS SEGURÁVEIS E NÃO SEGURÁVEIS
	Capítulo 2 Seguro, Previdência Complementar
22	Aberta, Saúde Suplementar e Capitalização:
	uma indústria vigorosa no Brasil
	PREVENÇÃO DE RISCOS
	MOBILIZA POUPANÇAS EXPRESSIVAS
	É FUNDAMENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
	UMA INDÚSTRIA RENTÁVEL
34	Capítulo 3 Mirando o futuro
	COMO OS SEGURADORES AJUDAM A ENFRENTAR OS ATUAIS DESAFIOS DA SOCIEDADE?
	Meio ambiente e a frequência das catástrofes
	Novas tecnologias
	GLOBALIZAÇÃO E CRESCENTE HARMONIZAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DE CONTRATOS
42	Capítulo 4 O seguro como instrumento de apoio para políticas públicas





Introdução



texto a seguir discorre sobre a Função Social e Econômica do seguro e, como tal, apresenta sinteticamente os pilares básicos sobre os quais se assenta o funcionamento da indústria de seguros bem como aborda seus benefícios e recursos.

O seguro é de enorme importância para a vida social e para a economia das nações, pois, ao atenuar as perdas financeiras associadas a diversos riscos, proporciona às pessoas, empresas e até aos governos a segurança e proteção necessárias para o florescimento de atividades que, de outra maneira, seriam reduzidas ou nem existiriam, aumentando assim a prosperidade geral.

O papel social do seguro é o primeiro que vem à mente: ao atenuar os efeitos financeiros de eventos sobre os quais temos pouco ou nenhum controle — doença, acidente, morte, catástrofes naturais ou provocadas pela humanidade — o seguro representa a diferença entre a segurança econômica (e, portanto, psicossocial) e a ruína. Em certos casos, como no seguro saúde, a diferença pode estar entre a vida e a morte.

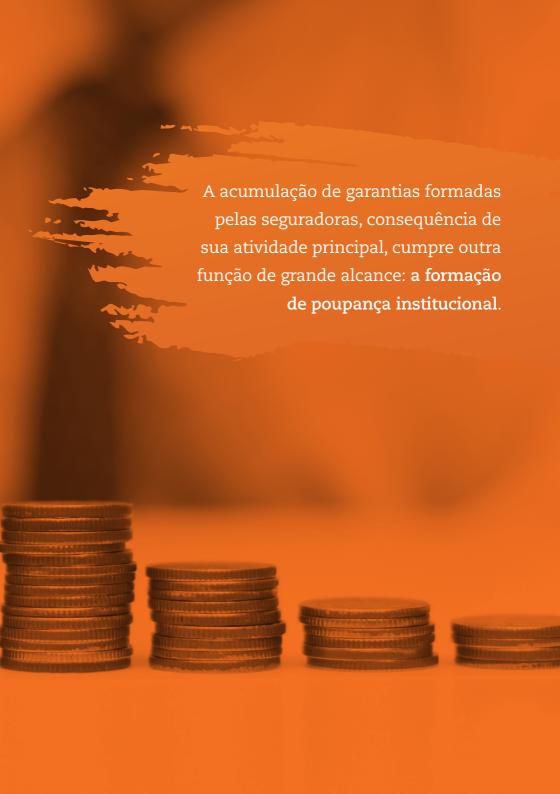
Mas o impacto benéfico do seguro é bem mais amplo que a proteção patrimonial dos segurados, que é sua função primária. O seguro permite maior nivelamento dos padrões de consumo ao longo do tempo, contribuindo, portanto para a estabilidade da economia. Ajuda a aliviar o ônus dos governos na prestação de todos os serviços de proteção social aos cidadãos via sistemas de seguridade social. E, visto que as seguradoras são grandes investidores institucionais pela aplicação de suas reservas técnicas, o setor contribui para a liquidez e incremento da poupança, essenciais para o processo de crescimento econômico.

Os benefícios da indústria de seguros se devem à natureza original dos serviços que proporciona. Especificamente, o seguro presta o serviço essencial de gerenciamento eficiente do risco e isto ocorre de três maneiras:

- pela avaliação e precificação do risco
- pela transferência e transformação do risco e
- pela agregação, prevenção e redução do risco

Finalmente, numa era de desafios e riscos globais crescentes como, por exemplo, os relativos ao envelhecimento da população, mudanças climáticas, riscos cibernéticos, etc, a indústria de seguros será chamada inevitavelmente a dar sua contribuição. E está em posição ideal para fazê-lo, não só gerenciando os riscos conhecidos mas também desenvolvendo produtos inovadores para tratamento de novos e importantes riscos.







vida é cheia de riscos e, nos ensina a teoria, quanto maior o risco, maior a expectativa de ganhos. Contudo, em muitos casos, ocorre o inverso: o risco causa perdas, de vidas ou de propriedades, cujo impacto financeiro é negativo. Assim, estritamente falando, risco é um evento ou condição incerta, isto é, que pode ou não se realizar no futuro, e cuja ocorrência tem efeito negativo e que pode ser expresso em termos monetários.

Esse evento pode ser totalmente incerto, como a queda de um raio, ou certo, mas acontecendo em data incerta, como a morte. O impacto financeiro de uma perda (sinistro) pode atingir milhões de reais e levar a empresa que não se precaveu à falência, ou o indivíduo a ver se esvair parte substancial de um patrimônio que lhe exigiu anos para acumular. É nesse momento que o seguro se torna importante.

No seu conceito mais simples, o seguro é um acordo no qual, em troca do pagamento de um valor – chamado "prêmio" – o segurador concorda em pagar ao segurado uma determinada quantia no caso de uma perda específica associada a um dado risco. O contrato de seguro – a apólice – é assim um pacto entre o segurador e o segurado no qual este paga uma quantia certa – o prêmio de seguro – obtendo em troca a promessa do segurador de que lhe pagará uma indenização em caso de uma perda incerta que lhe seria muito mais gravosa sem seguro.

Para que o acordo seja justo para ambas as partes, ou seja, para que o prêmio pago pelo segurado reflita fielmente o seu risco, todos os seus aspectos devem ser avaliados de forma correta. No jargão do mercado, isto significa serem "calculados atuarialmente", levando em consideração o âmbito e a natureza específica do evento, a extensão das indenizações a serem pagas, as características do segurado, o número de pessoas físicas ou jurídicas cobertas simultaneamente por um risco semelhante (ou seja, o consórcio ou compartilhamento de risco) etc. Em outras palavras, a avaliação e precificação do risco não são práticas arbitrárias deixadas a critério dos seguradores.

O atuário é o profissional que calcula o impacto financeiro do risco e da incerteza. Ele pesquisa e analisa dados para estimar a probabilidade e o custo provável da ocorrência de eventos, como morte, doença, ferimento, invalidez ou perda de propriedade. De posse desses dados, o atuário cumpre sua função clássica, que é a de calcular os prêmios e as provisões técnicas para seguros que cobrem vários riscos. Provisões técnicas são montantes que as seguradoras registram em seu balanço patrimonial para garantir o pagamento dos compromissos assumidos pela seguradora, quer já tenham ocorrido, quer não.

Os prêmios pagos pelos segurados — indivíduos ou empresas — se tornam parte de uma carteira que agrupa riscos similares, administrada pelas seguradoras. Para a determinação dos prêmios, as seguradoras consideram as perdas previstas estatisticamente referentes à carteira e o potencial de perdas acima do considerado normal, além de outros custos como os de distribuição e administração, tributos e de um lucro normal para o negócio.

Assim, os prêmios devem ser suficientes para saldar todos os pagamentos possíveis de indenização para responsabilidades futuras e incertas listadas nas apólices, mais as despesas correntes, tributos e o lucro esperado pelos acionistas. Isso envolve decidir sobre uma escala complexa de fatores, afetando tais receitas e despesas além de liquidez e a solvência da seguradora. Solvência é a capacidade de a seguradora honrar seus compromissos financeiros futuros assumidos com seus segurados quando da emissão da apólice de seguro.

Portanto, em sua expressão mais simples, o seguro é intrínseco à sociedade, pois alivia sentimento natural de medo que as pessoas têm do infortúnio, do inesperado e, ao diminuir o ônus a ele associado, pode significar para o segurado a diferença entre a higidez financeira e a pobreza. Como a maioria das pessoas é avessa ao risco¹, é possível provar, utilizando a Teoria da Utilidade, que a contratação do seguro melhora o bem-estar do segurado².

O princípio da boa-fé

O seguro é um contrato que se projeta no futuro inevitavelmente especulativo. A seguradora recebe as informações do segurado, formula cenários e, com base neles, traça um perfil do risco e calcula a perda esperada e o prêmio de seguro. A base moral na qual se assenta o mercado de seguros é o princípio da boa-fé mútua.



Se o segurado omite informações que agravariam o risco, ameaçando de prejuízo a seguradora, ele falta com tal princípio. O mesmo ocorre se a empresa, aproveitando-se do desconhecimento do segurado sobre o mercado, deliberadamente usa de terminologias vagas na apólice para, por exemplo, esconder certas limitações do contrato. Nesses dois casos, a lei diz que o contrato é nulo.

A lei e a prática do mercado impõem aos contratantes o dever de obedecer ao principio da boa-fé, pois, na falta dele, o acúmulo de prejuízos de parte a parte levaria a suspeitas generalizadas e, no limite, à inviabilização do próprio mercado de seguros. Ao contrário, o mercado floresce quando tal princípio é generalizadamente aceito e praticado.

Note-se que esse princípio é aplicável a todos os contratos e transações. Ele proíbe o contratante de esconder da outra parte o que sabe confidencialmente, para induzi-la a um negócio que não ocorreria ou ocorreria de modo diverso se essa parte tivesse acesso à informação sonegada. E vice-versa.

O gerenciamento de riscos

A gestão de riscos é a contribuição mais importante da indústria de seguros para a sociedade. A incerteza e o risco acompanham a maioria das atividades humanas, sejam sociais, sejam econômicas ou outras. O gerenciamento de recursos que caracteriza a maioria de investimentos igualmente implica a assunção de riscos.

A vida é cheia de riscos. Os imóveis, as instalações empresariais e os bens de capital fixo são, em particular, sujeitos a danos inesperados e custosos. O investimento (adição ao estoque de capital existente), particularmente importante para o crescimento econômico, é tipicamente acompanhado de riscos ainda maiores.

Muitos indivíduos são avessos ao risco e preferem evitar ou minimizar o risco. Mesmo empreendedores em novos negócios podem preferir transferir o risco de perda financeira às seguradoras naquelas áreas que sentem estar fora de seu controle. O seguro fornece, frequentemente, resposta a essas questões.

No seguro, há a transferência do risco de perda financeira de uma entidade (empresa ou indivíduo ou governo) para outra entidade (seguradora), que recebe em troca um prêmio.

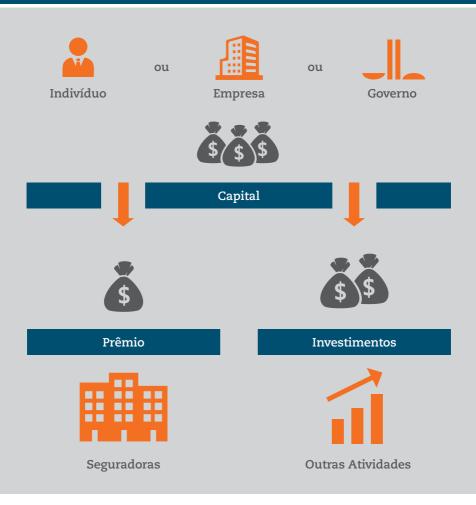
O seguro partilha com o mutualismo a agregação do risco e a divisão das perdas porque as seguradoras agrupam riscos semelhantes em carteiras distintas, de modo a melhor estimar estatisticamente as respectivas perdas e, por conseguinte, fixar adequadamente os prêmios de seguros que devem cobrar.

Porém, diversamente do mutualismo puro, em que as perdas são rateadas entre os segurados de acordo com a participação de cada um no patrimônio total, no seguro o risco de perda financeira é transferido a uma empresa — seguradora — que tem de arcar com as indenizações referentes a uma dada carteira, mesmo quando a soma dos prêmios recolhidos for inferior ao valor das indenizações.

Daí a importância da empresa ser solvente, isto é, deter capital próprio suficiente para pagar as indenizações que prometeu, mesmo nos casos mais difíceis em que os sinistros realizados superaram os sinistros previstos.

A transferência de risco de perda proporcionada pelo mecanismo do seguro permite assim que indivíduos, empresas e governos se engajem em atividades mais arriscadas que, de outra forma, não fariam. Tais atividades são então viabilizadas pela existência de seguros. Sem seguro, não existiriam ou seriam em muito diminuídas.

TRANSFERÊNCIA DO RISCO DE PERDA FINANCEIRA



Riscos seguráveis e não seguráveis

Utilizando o mercado de seguros, uma pessoa pode construir uma rede de proteção bastante efetiva em sua vida, na de sua família e em suas propriedades. Mas nem todos os riscos são seguráveis. As seguradoras procuram excluir explicitamente das coberturas, por exemplo, os danos resultantes de eventos de difícil previsão ou que concentram fortemente os riscos.

Mais precisamente, as condições necessárias para que um risco seja segurável são as seguintes:



Grande número de eventos | quanto maior o número de segurados, a Lei estatística dos Grandes Números garante que maior é a estabilidade de resultados de sinistros que uma seguradora pode esperar. A lei pode parecer esotérica, mas é facilmente ilustrada com o exemplo da média de valores que se obtém ao jogar um dado por certo número de vezes. A média teórica é 3,5, que vem a ser a soma de 1, 2, 3, 4, 5 e 6, multiplicados pelas chances de sair, isto é, 1/6 em todos os casos. Entretanto, valores médios bem diferentes de 3,5 podem ocorrer se, digamos, o dado for lançado apenas 20 vezes. O que a lei nos garante é que, aumentando cada vez mais a amostra (no caso, o número de lançamentos), o valor médio observado cada vez mais se aproxima do valor teórico de 3,5.



Eventos independentes entre si (desconcentração de riscos)

para que a Lei dos Grandes Números seja plenamente aplicável, é preciso que os riscos (no caso acima, os lançamentos) sejam independentes entre si. Nenhuma seguradora formará uma carteira de Seguro Rural apenas numa região ou de Seguro de Incêndio num único prédio.



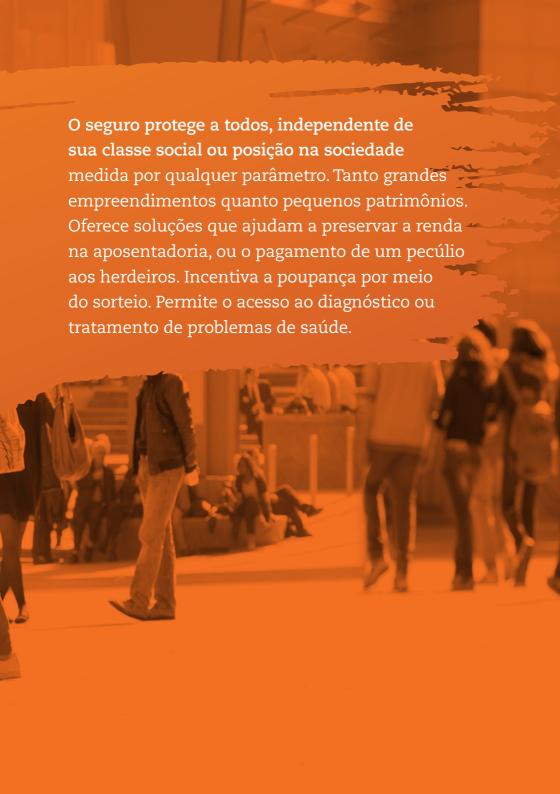
Experiência suficiente (cálculo correto de probabilidades) | pode ser que os eventos sejam independentes e que haja grande número de interessados no seguro, mas se houver grande imprevisibilidade, como nos casos de guerras ou atentados terroristas, o seguro dificilmente será feito, ou estes riscos serão excluídos da apólice, que é o mais provável. Nenhuma seguradora aceitará, por exemplo, fazer seguro contra perdas de uma carteira no mercado de acões.



Baixa incidência de "risco moral" | "risco moral" é a possibilidade de uma pessoa ou empresa, depois de contratar o seguro, comportar-se mais arriscadamente do que faria se estivesse inteiramente exposta ao risco. O caso típico é o do indivíduo que fez seguro contra roubo de automóvel e, depois disso, tornou-se pouco vigilante com seu carro. O "risco moral" está relacionado à chamada assimetria de informação — as seguradoras têm dificuldade de saber de antemão como reagirão seus segurados depois de contratado o seguro. Mas atenção: não se deve confundir risco moral com fraude, que cria o falso sinistro, e com dano moral, que é toda e qualquer ofensa ou violação aos princípios de ordem moral de um indivíduo, referentes à sua liberdade, à sua honra, à sua pessoa ou à sua família.



Baixa incidência de "seleção adversa" | a "seleção adversa" é mais um problema decorrente da assimetria de informação. Ela se refere a um processo de mercado em que, por falha na precificação, os riscos maiores são naturalmente "selecionados" (aceitos) em detrimento dos riscos menores. O caso mais simples é de uma população de fumantes e não fumantes e uma seguradora de saúde que cobra deles preços idênticos por não saber diferenciar, a priori, quem pertence a cada grupo. Ao fim e ao cabo, os segurados não fumantes (riscos menores) desistirão do seguro, pois perceberão que estão pagando um preço mais caro pelo seu risco específico. E a seguradora, ao reajustar para cima o prêmio, pois percebe que sua carteira está se concentrando nos riscos maiores (dos fumantes), pode chegar numa situação em que a apólice se tornou invendável. Devido à própria natureza, pode ser difícil reconhecer e solucionar o problema. Para evitar a seleção adversa, as empresas devem identificar os diferentes grupos de segurados e cobrar prêmios adequados a cada um deles, daí a crescente importância dos perfis de risco no processo de contratação dos seguros.





Seguro,
Previdência
Complementar
Aberta, Saúde
Suplementar e
Capitalização:
uma indústria
vigorosa no Brasil



A indústria de Seguros, Previdência Complementar Aberta, Saúde Suplementar e Capitalização tem contribuído decisivamente para o desenvolvimento da economia e da sociedade brasileira. A sua atuação se destaca no que se refere:

- à natureza dos serviços proporcionados
- à diversidade e valor desses mesmos serviços
- ao emprego de mão de obra
- à mobilização de poupanças
- à contribuição ao crescimento do Produto Interno Bruto

Prevenção de Riscos

Em suas atividades, as seguradoras avaliam, cientificamente, as perdas potenciais e, tipicamente, cobram prêmios que são mais elevados quanto maiores forem tais perdas esperadas. O prêmio fornece informação aos segurados sobre o grau de risco a que estão expostos. Na ausência do seguro, essa importante informação não existiria.

O seguro permite aos indivíduos transferir suas perdas financeiras associadas a determinados riscos às seguradoras. Ao fazer isso, o seguro transforma o perfil de risco dos segurados e das empresas, reduzindo-o. Em consequência, como a maior parte das pessoas e empresas é avessa ao risco, o seguro contribui fortemente para o aumento do nível de bem estar social.

A agregação de riscos também traz benefícios. Suponha que se saiba o seguinte: em uma região e ao longo de um ano, em média, 10% dos carros são roubados. No mundo real, o padrão de perdas (carros roubados) é instável. Assim, uma seguradora que segurasse apenas 10 carros poderia muito bem achar que há uma possibilidade significativa (digamos, de 25%) de que dois carros de sua carteira sejam roubados. Mas isso dobraria suas despesas em indenizações e obviamente desestimularia o negócio.

Porém, se a seguradora conseguisse reunir e segurar 10.000 carros em condições de risco similares aos 10 anteriores, ela estaria amparada na já mencionada Lei dos Grandes Números — que prova que a probabilidade dos sinistros serem o dobro da média cai agora para menos de 1%.

Em outros termos, quanto maior o número de segurados, mais estável e previsível é o risco da carteira da seguradora. Isso reduz a volatilidade de sinistros, permitindo-lhe cobrar prêmios de risco menores e mais estáveis no tempo.

A habilidade do mercado de seguros em assumir riscos facilita a compra de bens de capital fixo (investimentos) e de bens duráveis de consumo como automóveis e imóveis, bem como permite estabilizar a renda das famílias frente a riscos diversos de perda na fase laboral ou na aposentadoria.

A estabilidade financeira proporcionada pelo seguro é fundamental. O seguro permite que o risco de perdas financeiras seja transferido a empresas especializadas no seu gerenciamento, possibilitando que indivíduos, empresas e governos empreendam projetos mais arriscados.

Por meio da Previdência Complementar Aberta — que também é um seguro, pois cobre os riscos de aposentadoria e de sobrevivência — a indústria complementa e, em certos casos, substitui os programas estatais de seguridade social e assistência dos governos. Isso é relevante, mormente nos tempos atuais quando em todo mundo tais sistemas se encontram pressionados pelo envelhecimento da população, ligado às baixas taxas de natalidade e à queda das taxas de mortalidade, e pela concessão de benefícios pouco sustentáveis no tempo.

Outros produtos, como o seguro de vida e os seguros e planos de saúde suplementar também ajudam fortemente os governos a reduzir as despesas públicas nessas áreas.

O seguro proporciona, assim, o que em economia se chamam "externalidades positivas", isto é, seus efeitos positivos transbordam para os demais setores da economia, permitindo o incremento do consumo, dos lucros e do emprego e o aumento de bem-estar social generalizadamente.

Adicionalmente às funções de avaliação e transferência de risco, o mercado de seguros é uma fonte valiosa de experiência em gerenciamento e prevenção de riscos. Pela sua própria natureza, o setor precisa reunir uma grande quantidade de pesquisa sobre riscos em um amplo espectro de áreas: engenharia, geografia, geologia, demografia, saúde, finanças, ecologia etc.

Os resultados de tais pesquisas beneficiam a sociedade como um todo, pois produzem indicadores que alimentam bancos de dados públicos sobre segurança, levam ao comportamento mais consciente em relação ao risco por parte dos consumidores e incentivam a adoção de normas jurídicas aprimoradas para melhor desempenho em segurança para carros, alarmes de incêndio, sistemas de segurança para residências e empresas, normas de construção para proteção contra terremotos, enchentes ou ventos fortes etc. Consequentemente, evitam investimentos improdutivos como, por exemplo, construções em áreas sujeitas a desmoronamento e avalanche, investimentos em plantas industriais mal protegidas contra incêndios etc.

A estabilidade financeira proporcionada pelo seguro é fundamental. O seguro permite que o risco de perdas financeiras seja transferido a empresas especializadas no seu gerenciamento, possibilitando que indivíduos, empresas e governos empreendam projetos mais arriscados.

A prevenção de riscos proporcionada pelo mercado de seguros, isto é, o gerenciamento de risco na tentativa de evitar a sua ocorrência ou de conter seus efeitos é mais benéfico para todas as partes do que as ações empreendidas posteriormente, que só podem diminuir o impacto da perda. De fato, como regra geral, o segurado prefere não vivenciar o sinistro e a seguradora, a perda financeira associada a ele que lhe imporá o dever de indenizar. Os seguradores incentivam o comportamento preventivo do risco pelos segurados via prêmios reduzidos para aqueles que tomam medidas preventivas benéficas como, por exemplo, preços menores de seguro de vida para não fumantes, os bônus de renovação para motoristas com baixo histórico de acidentes e muitas outras inciativas. Isso ressalta como segurados e seguradores trabalham para o objetivo comum de atenuação do risco.

Mobiliza poupanças expressivas

Em 2015, conforme a CNseg, as provisões técnicas das seguradoras reguladas pela Susep acumularam o total de R\$ 619 bilhões, 91% do total das provisões do mercado, aí incluídas as operadoras de Saúde Suplementar. No total, as provisões do mercado segurador, de R\$ 681 bilhões naquela data, representaram 12% da poupança financeira nacional (o saldo total dos ativos financeiros).

A maior parte desses recursos, 88%, foi investida em quota de fundos de investimento, em geral, de perfil conservador e de longo prazo, 12% em títulos de renda fixa e 0,3% em títulos de renda variável. Os investimentos em imóveis e ações foram muito pequenos em relação aos demais, refletindo o conservadorismo da indústria no gerenciamento dos recursos.

Como se formam tais provisões? No mercado de Seguros, Previdência Complementar Aberta, Saúde Suplementar e Capitalização, a receita de prêmios e contribuições precede o pagamento de indenizações e benefícios, às vezes, de anos. A maior parte dos prêmios se destina, assim, à garantia das provisões.

Pensemos, por exemplo, nos casais jovens que adquirem Seguros de Vida ou planos de Saúde Suplementar. A probabilidade de sinistros nesse caso é bem baixa nos primeiros anos de vigência das apólices. Esses recursos provavelmente permanecerão por um longo período como reservas ou provisões das seguradoras, mas não ficarão parados. Eles serão aplicados nos mercados financeiro e de capitais e, em menor proporção, no mercado de imóveis produzindo rendimentos. Em consequência, as seguradoras auferem uma receita adicional decorrente de operações financeiras e não diretamente relacionada ao mercado de seguro.

Tais receitas têm dupla vantagem: a) para a economia, são recursos que promovem o desenvolvimento dos mercados financeiros e de capitais, de fundamental importância para o crescimento econômico; b) para o mercado de seguros, são recursos adicionais que as seguradoras podem utilizar na sua capitalização, no desenvolvimento de novos produtos ou no barateamento dos produtos existentes. Isso é comumente observado nos mercados competitivos em que o colchão de segurança representado pelas receitas financeiras permite às seguradoras mais bem administradas reduzir o preço de suas apólices e obter vantagem competitiva.

As seguradoras não apenas carreiam poupanças dos segurados, mas ajudam a mobilizá-las de três maneiras: primeiramente, reduzem os custos da transação, pois reúnem grande número de poupanças individuais cuja administração custaria mais caro se os segurados tratassem separadamente com as instituições financeiras.

Em segundo, criam liquidez para investimentos de longo prazo. Elas investem as reservas dos clientes em empréstimos e outros investimentos de longo prazo que são normalmente escassos em países em desenvolvimento como o Brasil.

Em terceiro lugar, com a reunião de pequenas somas de um grande número de pessoas, as seguradoras frequentemente fornecem o financiamento em larga escala exigido nos projetos da infraestrutura. Isso ajuda na expansão da economia nacional e na melhora da eficiência das firmas na produção e oferta de seus bens e serviços.

É fundamental para o desenvolvimento econômico

Os benefícios da indústria de seguros, previdência complementar, saúde suplementar e capitalização não se restringem aos segurados. Ela incentiva o crescimento econômico por meio de diversos mecanismos, entre os quais:



Promoção da estabilidade financeira das empresas e das famílias, pois cobre as perdas dos segurados. Sem essa garantia, as perdas teriam de ser cobertas pelo autosseguro ou pelo mutualismo puro, que exigem comprometimento muito maior de capital;



Complementação e, em certos casos, substituição dos programas de seguridade social e assistência dos governos. Alívio também das responsabilidades dos governos proporcionado por seguro como o seguro de vida e acidentes pessoais e os seguros e planos de saúde;



Facilitação do comércio e da indústria. Diversos produtos e serviços só são ofertados porque existe seguro para eles. No caso de novos investimentos em negócios arriscados, a oferta de financiamento depende, frequentemente, de seguros de vida e do patrimônio do empreendedor. Analogamente, os bancos (e os governos) exigem em diversas ocasiões que as pessoas comprem seguros de crédito, vida e danos aos imóveis quando adquirem financiamentos hipotecários. O seguro pode ser considerado como o lubrificante que facilita o bom funcionamento da economia:



Incentivo à redução de danos. Isso ocorre, por exemplo, quando as companhias de seguros induzem os segurados a adotarem medidas de prevenção contra fogo e de segurança no trânsito. A redução de danos beneficia a comunidade em geral;



Promoção de alocação mais eficiente do capital.

As seguradoras investem elevados recursos na obtenção de informações sobre os riscos de projetos, empresas e indivíduos, de modo a embasar adequadamente suas decisões de venda e de investimento. Indivíduos e empresas têm, tipicamente, menos tempo, recursos ou habilidades para coletar e processar tais informações. Além disso, a atividade de monitoramento de riscos fornece aos mercados informações sobre probabilidades de perdas que melhoram a alocação dos recursos por parte dos agentes econômicos;



Atuação como intermediárias financeiras. Como aplicadoras de seus ativos nos mercados de capitais, são importantes na mobilização de poupanças essenciais ao processo de investimento e, dai, ao crescimento econômico.

É fácil perceber que, num mundo sem seguro, famílias, empresas e governos teriam que consumir menos e poupar mais para ter recursos que os protegessem dos riscos cobertos presentemente pelos seguros.

Como consequência, a atividade econômica sofreria grave redução, pois nem todas as pessoas e empresas conseguiriam realizar esse esforço de poupança. Portanto, é lícito supor que, se os seguros não existissem, uma parcela substancial da economia não existiria também.

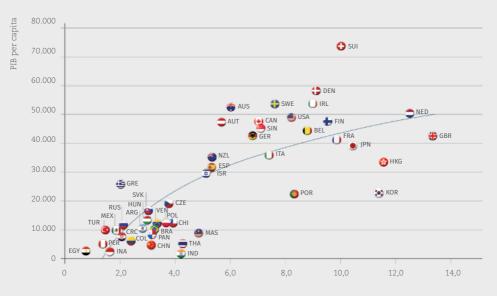
Há muito se sabe que existe entre o mercado de seguros e a economia em geral uma relação de causalidade mútua.

Por um lado, há consenso de que o seguro é um bem "superior", isto é, seu consumo cresce mais do que proporcionalmente ao aumento do Produto Interno Bruto, particularmente, nos países emergentes como o Brasil. Existem várias razões para isso. À medida que cresce a renda, a razão consumo/renda decresce. Dito de outro modo, a taxa de poupança aumenta o que se reflete em uma maior aquisição de ativos e, portanto, em um aumento da demanda por segurança. O acréscimo da renda também caminha de par com mudanças demográficas e culturais como, por exemplo, o acréscimo na escolaridade média da população, o aumento da expectativa de vida, a redução no tamanho médio das famílias, a aceleração da urbanização etc. Consequentemente, reduz-se a imprevidência na vida das pessoas, do que decorre o aumento da demanda de seguros nas suas várias modalidades.

Por outro lado, não cabe dúvida que a indústria de seguros é também fator causal deste desenvolvimento. As companhias seguradoras fazem parte do conjunto de intermediários financeiros dos quais diversas pesquisas internacionais já demonstraram ter papel significativo na explicação dos ganhos de produtividade dos fatores de produção que estão na raiz dos processos de crescimento sustentado da renda nacional.

Ao proteger a situação financeira de indivíduos, famílias e organizações, o mercado segurador ajuda a garantir a estabilidade financeira dos países. Sem a existência de seguros, as pessoas prejudicadas por eventos incertos podem ir à falência e ter de se apoiar em familiares, em organizações de caridade ou no governo. Não raro, falências são eventos "sistêmicos", ou seja, podem afetar negativamente toda a economia de uma nação pelos efeitos de encadeamento que existem entre empresas e famílias.

COEFICIENTE DE PENETRAÇÃO DE SEGUROS (% DO PIB) E PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA EM US\$ (MÉDIAS 2005-2014)



Penetração Seguros

Fonte: CPES / ENS

O mercado segurador facilita o comércio e os investimentos. Sob a ótica de determinados agentes econômicos, como os empresários, ele propicia menor grau de risco, o que favorece o processo de investimento e de expansão da atividade econômica. Em geral, os processos produtivos mais avançados não só requerem mais capital por produto, mas também apresentam maiores riscos, donde a necessidade de contratação de seguros. O desenvolvimento econômico também provoca grande afluxo de populações rurais para as cidades, com o consequente acréscimo de acidentes e criminalidade e, portanto, necessidade de proteção de vidas e patrimônios via seguros.

O mercado de seguros propicia a canalização de poupanças para investimentos produtivos. As companhias seguradoras investem seus ativos em títulos de emissão das empresas e dos governos, em imóveis e outros instrumentos financeiros, a fim de capacitá-las ao pagamento dos sinistros. As seguradoras

cumprem importante função na concessão de liquidez a esses mercados, sem a qual a precificação dos ativos de capital é inadequada e o volume de investimento, reduzido. Além disso, pelo elevado volume de recursos que gerenciam, as seguradoras têm interesse em reunir grande quantidade de informações para aferir com cuidado a rentabilidade das firmas e dos projetos para os quais elas direcionaram seus ativos. Com isso, aumentam a eficiência dos investimentos e, daí, a capacidade de crescimento da economia.

O gráfico ao lado mostra para vários países a relação significativa e direta entre o coeficiente de penetração do seguro e a renda nacional per capita.

Uma indústria rentável

A indústria tem mantido um desempenho econômico e financeiro fortemente positivo ao longo dos anos.

Duas medidas são importantes nesse caso: o "índice combinado", calculado como o quociente entre sinistros ocorridos, mais as despesas de comercialização e administrativas sobre os prêmios ganhos, e a rentabilidade do capital próprio, isto é, o lucro líquido agregado dividido pelo patrimônio líquido agregado;

Abaixo de 100%, o índice combinado mostra que as empresas obtiveram lucro nas operações de seguros, independentemente da receita obtida pela aplicação de suas provisões no mercado de capitais. Para o agregado das seguradoras reguladas pela Susep, tal índice foi 94% em 2015. A rentabilidade operacional positiva tem sido mantida graças às melhoras no processo de subscrição de riscos e na administração de sinistros, numa conjuntura de despesas de comercialização e administrativas estáveis e retornos financeiros em baixa.

A rentabilidade do capital próprio é um indicador mais global de desempenho. Para o conjunto das seguradoras reguladas pela Susep, tal medida de rentabilidade se manteve elevada no passado recente, chegando a 24,5% em 2015, acima do que se obtém na maioria dos demais setores da economia brasileira.

A indústria de Seguros, Previdência Complementar Aberta, Saúde Suplementar e Capitalização é grande empregadora, oferecendo empregos qualificados em uma série de profissões.





Mirando o futuro



á décadas o economista norte-americano John Kenneth Galbraith cunhou o termo "Era da Incerteza" para caracterizar o mundo de então. Se assim é, o mundo atual precisaria de um termo ainda mais agudo para descrever o que se passa nesse campo.

De fato, no espaço de poucos anos, agregaram-se incertezas e riscos insuspeitos aos detectados pelo ilustre economista naquele momento, como, por exemplo, as mudanças climáticas, a universalização da era digital, mormente com acesso à Internet, a globalização sem precedentes das mais diversas atividades (inclusive do mercado de seguros), os desafios demográficos decorrentes do envelhecimento das populações nos países desenvolvidos, o terrorismo, as migrações originadas nos países do Terceiro Mundo, a complexa geopolítica internacional decorrente da crescente multipolaridade etc.

O gerenciamento dos riscos relacionados a esses eventos passará, necessariamente, pela indústria de seguros.

E há quem preveja, como o economista francês Jacques Attali, que a indústria de seguros, junto com o setor de entretenimento, será a atividade mais importante do futuro. Numa situação econômica muito melhor que a atual, devido ao progresso inexorável da globalização que potencializa as forças produtivas, as pessoas simplesmente não aceitarão uma vida de insegurança e caos. E a revolução digital — da Internet e do Big Data — permitirá que as seguradoras precifiquem cada vez melhor os riscos de seus segurados. A seleção adversa e o risco moral serão assim reduzidos: a exposição inadvertida a riscos e o desperdício serão gravados; a prevenção e a parcimônia serão favorecidas. E o mercado se expandirá inevitavelmente.

E há quem preveja, como o economista francês Jacques Attali, que **a indústria de seguros, junto com o setor de entretenimento, será a atividade mais importante do futuro**.

Como os seguradores ajudam a enfrentar os atuais desafios da sociedade?

Meio ambiente: a frequência das catástrofes parece estar crescendo



Por sua natureza, o mercado de seguros tem acompanhado os desastres naturais no planeta bem como o número de vítimas e as indenizações pagas pelas seguradoras.

Qualquer que seja a causa — emissões de gases de efeito estufa, ciclos solares etc — o fato é que desde a década de 70 esses fenômenos apresentam nítida tendência de crescimento em quantidade e em severidade. Segundo a Swiss Re, entre o início dos anos 70 e a primeira década do novo milênio, o número médio anual de catástrofes naturais cresceu 257%.

"As catástrofes naturais resultam em danos cada vez mais significativos. Não apenas as propriedades privada e comercial sofrem danos, mas também a infraestrutura, como por exemplo, estradas, portos, sistemas de telecomunicações, marítimos e de água e águas residuais, e redes de energia elétrica. A infraestrutura danificada reflete imediatamente na economia. A cobertura de seguro permite a rápida reconstrução e o restabelecimento e, portanto, estabiliza a economia como um todo. Os processos comerciais interrompidos podem ser cobertos pelo seguro de continuidade de negócios, compensando a perda de receita que a empresa sofre após uma catástrofe, enquanto suas instalações estão sendo reconstruídas.

Compreender a natureza e o impacto dos riscos climáticos com antecedência é extremamente eficaz para minimizar o impacto das catástrofes. [...]³

O mercado de seguros, portanto, representa uma potencial e valiosa parceria do setor privado para os governos, tanto como um consultor em gerenciamento de risco, quanto como um mercado que, quando apoiado por um arcabouço legal e regulatório apropriado, pode produzir indicadores de preço baseado no risco, incentivar um comportamento resiliente em relação ao clima e apoiar o desenvolvimento sustentável" ⁴

Novas tecnologias



As inovações tecnológicas certamente são os motores do progresso, mas para que o novo e mais eficiente surja é preciso descartar o velho e menos eficiente e, ao mesmo tempo, garantir o uso continuado e seguro da nova tecnologia.

A tecnologia de informações, em particular, é pródiga de riscos e oportunidades. O relatório Riscos Globais, do Fórum Econômico Mundial, edição 2015, nota que, nos Estados Unidos, o custo dos ataques cibernéticos já alcança cerca de US\$ 100 bilhões anualmente. O mercado de seguro certamente será chamado a ajudar a mitigar os impactos negativos da difusão da informática. Até recentemente, por exemplo, o risco cibernético integrava o elenco de exclusões de cobertura da maioria das apólices de seguros. Entretanto, o crescimento do uso da Internet e os crimes correlatos já fizeram com que o mercado começasse a oferecer coberturas contra alguns desses riscos.

Por outro lado, a indústria de seguros se beneficiará de mudanças na tecnologia de informações que tornarão mais exatas a precificação, a aceitação e a gestão de riscos. É o caso das ferramentas que permitem o uso de extensos bancos de dados atualizados em tempo real via Internet, também chamados de Big Data. Historicamente, o setor tem usado,

principalmente, dados internos às empresas para tomar decisões táticas e operacionais sobre seus clientes. Com a evolução da tecnologia Big Data, as seguradoras começarão a usar dados externos não estruturados para decisões estratégicas sobre o futuro, tais como o produto ou solução mais adequado para um dado cliente, em que regiões ou países devem concentrar suas operações etc.



A biotecnologia é outra fonte de riscos. É fácil imaginar esta tecnologia levando a tratamentos poderosos e benéficos contra o câncer e muitas doenças genéticas bem como a melhora das culturas alimentares, a limpeza de ambientes degradados por organismos geneticamente modificados etc.

Infelizmente, não é difícil imaginar também grandes perigos. A biotecnologia poderia ser usada para modificação dos seres humanos, alterando o próprio sentido da humanidade. A manipulação científica pode criar e liberar deliberada ou acidentalmente agentes patogênicos altamente destrutivos. Pior ainda, pode terminar por ser acessível a grupos de ideologia radical que estão dispostos a usar medidas extremas contra seus inimigos. A gestão desses riscos será fatalmente demandada ao mercado de seguros e exigirá deste grande esforço e criatividade de seus participantes.

Outras mudanças tecnológicas podem afetar o mercado de seguros pela transformação do risco e pelo aumento da competição. Pense-se, por exemplo, no impacto dos carros sem motorista sobre o mercado de seguro de automóveis ou no surgimento de clientes demandando cada vez mais controle sobre suas apólices no momento de venda e durante a vigência do contrato. Por isso, já há seguradoras oferecendo aplicações móveis (para celulares e *tablets*) que ajudam na oferta de cotações, nos avisos de sinistros, no processo de regulação e liquidação de sinistros etc.



A globalização do mercado caminha ao lado da crescente harmonização e padronização dos contratos

Outra megatendência que irá influenciar a indústria de seguros em médio prazo é a globalização do mercado e, com isso, o crescente movimento em direção a maior harmonização e padronização dos contratos e normas aplicáveis aos seguros.

Na medida em que as seguradoras de mercados desenvolvidos sejam aceitas cada vez mais nos mercados emergentes, as margens de lucro nestes mercados tenderão a declinar. Ao mesmo tempo, pelo menos algumas seguradoras emergentes vão conseguir entrar nos mercados desenvolvidos e tornar-se-ão também empresas globais. Isto fará com que tais seguradoras tenham maior fatia de mercado e produzirá economias de escala e de escopo que aprofundarão a penetração dos seguros no mundo.

Mercados de seguros verdadeiramente globais exigem produtos que sejam capazes de integrar as várias partes da cadeia de valor, independentemente da localização. Daí a tendência concomitante de harmonizar os regulamentos e padronizar práticas de modo a melhor distribuir produtos através das diversas fronteiras nacionais.



O papel dos órgãos reguladores nacionais nesse caso é essencial. A crise financeira de 2007 já reforçou a comunicação e o diálogo entre eles. O passo seguinte parece ser uma negociação exitosa que acarrete a harmonização dos regulamentos globais de seguros, o alcance de maior padronização de produtos e apólices e o aprofundamento da abertura ao exterior dos mercados nacionais.

Pode-se prever que esses fenômenos produzirão grande aumento de vendas de seguros em todas as linhas de negócios, seja por maior transparência dos preços, por diversificação da oferta de produtos nos mercados nacionais, por compras diretas não intermediadas ou feitas em massa pelas redes sociais ou por grupos e afinidades. A automação afetará fortemente a função de subscrição de seguro. Com os seguros expandindo globalmente, haverá provavelmente escassez de talentos nessa área. No entanto, as seguradoras que forem capazes de recrutar ou reter subscritores qualificados no uso das novas tecnologias e capazes de construir modelos sofisticados de aferição dos riscos irão ganhar maior participação de mercado.

Inversamente, na medida em que os mercados locais se tornam mais competitivos em preços, as margens de lucro das seguradoras que não conseguiriam acompanhar tais tendências da modernidade podem cair fortemente.

Finalmente, fora da arena regulatória, cabe notar duas tendências importantes que afetarão a indústria de seguros nos próximos anos: a) a pressão sobre a solvência dos sistemas oficiais de seguridade social em quase todo o mundo vai levar os cidadãos a aumentar seu esforço próprio de poupança ecriar novas oportunidades para as seguradoras na oferta de produtos do ramo vida e de anuidades, embora seja de assinalar a possibilidade dos governos, às voltas com escassez recorrente de recursos, contestarem os tratamentos fiscais preferenciais desses produtos; b) o terrorismo internacional não tem solução à vista nem, por enquanto, adequado entendimento atuarial de modo a se constituir num risco passível de ser coberto pelo mercado de seguros em escala apreciável. Entretanto, ataques terroristas têm muitas vezes impactos em várias linhas de negócios (por exemplo, seguros de propriedades, interrupção de negócios, vida, acidentes de trabalho, etc) que são frequentemente modelados de forma independente desses eventos. Assim, as perdas potenciais nessas carteiras podem ser maiores que o esperado, exigindo reforço de capital próprio da indústria de seguros.

O seguro como instrumento de apoio para políticas públicas



seguro não pode e não deve assumir o papel do Estado de fazer frente aos desafios da sociedade, mas pode ajudar a encontrar soluções adequadas. É de extrema importância que os formuladores de política percebam o potencial papel que os seguradores têm e os levem em consideração ao proporem uma nova regulamentação para o seguro e ao tomarem medidas de adaptação pós-catástrofe.⁵

Por meio de sua experiência em gerenciamento de risco e investimentos, e de seu conhecimento em subscrição e precificação, o mercado de seguros é, de maneira única, talhado para desempenhar um papel importante no atendimento das necessidades em transformação da sociedade e na oferta de soluções abrangentes para lidar com ameaças atuais e emergentes.

O aumento da cooperação público-privada é essencial no enfrentamento dos grandes desafios globais, tais como, envelhecimento da população, mudança climática e outros riscos emergentes. Embora a regulamentação equivocada do seguro possa impedir o setor de fazer negócios e, em última análise, prejudicar os consumidores, não há dúvida de que um arcabouço regulatório eficiente poderia aumentar o valor e o benefício do seguro para a sociedade e a economia. Por esse motivo, esforços para propalar de forma clara e eficiente o valor do seguro, e interagir de forma mais dinâmica com os segurados, devem ser empreendidos pelo mercado. [...]

Na verdade, é importante lembrar por que o seguro está tão onipresente (e, geralmente, de maneira voluntária) no mundo desenvolvido e está aumentando a sua presença no mundo em desenvolvimento: porque satisfaz algumas das nossas necessidades mais básicas e, em geral, custa muito menos a longo prazo estar segurado do que não estar segurado.⁶

Notas

- 1 A conclusão vale para as pessoas com maior nível educacional. Quem contrata seguro tem aversão a risco ou se trata de seguro compulsório. Daí a importância da educação para aumentar a penetração do seguro. Estudiosos do campo de finanças comportamentais afirmam que os agentes não são avessos a risco e sim a perdas. Ainda assim as conclusões apresentadas nesse texto permanecem válidas.
- 2 A Teoria da Utilidade endereça questões relacionadas às escolhas e decisões das pessoas. Ela nos apresenta um arcabouço que possibilita mensurar a satisfação do indivíduo (algo intangível) a partir de uma variável concreta como, por exemplo, seu patrimônio.



3 HOPPE, Kathrin. A importância do Seguro para a Sociedade. Associação de Genebra., Traduzido por CNseg. Disponível em: https://goo.gl/iUHv9n



- 4 Associação de Genebra. O Valor Econômico e Social do Seguro. Traduzido pela CNseg. Disponível em: https://goo.gl/ela6H3
- 5 HOPPE, Kathrin. Op. cit.
- 6 Associação de Genebra. Op. cit.

Referências Bibliográficas



Associação de Genebra. O Valor Econômico e Social do Seguro. Traduzido pela CNseg. Disponível em: https://goo.gl/ela6H3

Attali, Jacques, Uma Breve História do Futuro, Ed. Novo Século, SP, 2008.

Escola Nacional de Seguros, *Como os Seguros apoiam a Economia*, in http://www.tudosobreseguros.org.br/sws/design/upl/arquivos/ComoSegurosApoiamEconomia.pdf



HOPPE, Kathrin. A importância do Seguro para a Sociedade. Associação de Genebra., Traduzido por CNseg. Disponível em: https://goo.gl/iUHv9n



Nossa **missão** é

congregar as principais lideranças, coordenar ações políticas, elaborar o planejamento estratégico do setor e representar o mercado perante às instituições nacionais e internacionais.

O seguro

tem importante papel na economia e na sociedade brasileira. Ele contribui significativamente para o desenvolvimento da infraestrutura, a geração de renda e o acesso à saúde suplementar no País.

Promover



maior integração de todos os participantes do mercado segurador: líderes pensando juntos, empresas compartilhando experiências, proximidade dos órgãos reguladores, consumidores e sociedade em geral, para a construção de uma agenda que favoreça a expansão do seguro e seu crescimento sustentável.



Federações filiadas à CNseg









Rio de Janeiro Rua Senador Dantas, 74 – 16º andar Centro | CEP 20031-205 | Tel 21 2510 7777

Brasília SCN quadra 1, bloco C, sala 1608 – Edifício Brasília Trade Center CEP 70711-902 | Tel 61 3326 4399 ou 3328 2838

Autor - Lauro Vieira de Faria

Bacharel em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro PUC-RJ e mestre em Economia pela Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getulio Vargas. Assessor da Diretoria Executiva da Escola Nacional de Seguros e coordenador do portal Tudo Sobre Seguros, na mesma instituição, desde 2008.

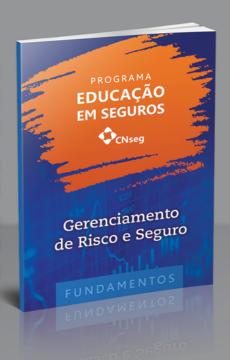
Projeto Gráfico





O Mutualismo foi o tema do primeiro livreto da série Fundamentos.

Aguarde o próximo, que trará informações sobre gestão de riscos, empregada na mitigação e prevenção de perdas provocadas pelos sinistros.





Conheça as iniciativas da Confederação em: www.cnseg.org.br